

DO REFÚGIO NOS PICOS
DA ILHA DE SÃO TOMÉ À
ABSORÇÃO COLONIAL:
A QUESTÃO DOS ANGOLARES

*From the refuge on the peaks
of São Tomé Island to
colonial absorption:
the issue of the Angolares*

ARLINDO MANUEL CALDEIRA

arlindomc81@gmail.com

CHAM, Centro de Humanidades, Universidade Nova de Lisboa

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-4_6

Recebido em setembro de 2017

Aprovado em novembro de 2017

Biblos. Número 4, 2018 • 3.^a Série

pp. 123-147

RESUMO.

Descendendo dos sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro (segundo uns) ou de escravos fugidos dos engenhos de açúcar (segundo outros), os angolares encontraram, durante séculos, no interior montanhoso da ilha de São Tomé, refúgio contra a dominação dos colonizadores. Neste artigo, discute-se o problema das origens do povo angolares e acompanha-se o difícil processo da sua integração na sociedade colonial, que só se inicia, aliás, no século XIX.

Palavras-chave: Ilha de São Tomé; Angolares; Escravos; Refúgio; Integração.

ABSTRACT.

Descending from the survivors of the sinking of a slave ship (according to some) or from slaves fleeing the sugar mills (according to others), for centuries, the Angolares found refuge from the colonisers' domination in the mountainous inland of São Tomé Island. This article analyses the problem of the origin of the Angolar people and describes the difficult process of its integration in the colonial society, which only began in the nineteenth century.

Keywords: São Tomé Island; Angolares; Slaves; Refuge; Integration.

AS ORIGENS: SOBREVIVENTES DE UM NAUFRÁGIO?

Por volta de 1720, um navio proveniente de Angola naufragou, indo encalhar junto a uma praia da ilha de São Tomé, com a respectiva carga, provavelmente escravos africanos, provavelmente perdidos no acidente. Em 1723, ainda não estava resolvido o conflito de competências, entre o governador e o provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, sobre quem tinha o direito de arrecadação dos salvados arrojados à costa¹.

Não sabemos se acontecimentos do mesmo tipo, que esse incidente faria recordar, já tinham ocorrido anteriormente no arquipélago equatorial, mas o certo é que, na tradição comumente aceite em São Tomé, pelo menos desde a primeira metade do século XVIII, o naufrágio de um navio negreiro era a explicação para a existência, na metade sul da ilha, de um grupo de rebeldes conhecidos como *angolares*.

Quem primeiro se fez eco dessa versão foi Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, ouvidor-geral no arquipélago de São Tomé e Príncipe, entre 1712 e 1717. No manuscrito que escreveu, já em Lisboa, porventura entre 1718 e 1720 (Azevedo, 1992: 166), mas que só foi publicado no século XX, o ouvidor refere os “negros gentios” que habitavam na ilha de São Tomé, “pela parte de Oeste, desde a ponta de Santa Catarina até à de Angra”, os quais vestiriam “ao modo dos negros de Angola, de que há tradição [...] procedidos, de um navio que antigamente dera à costa naquelas praias”².

Pouco tempo depois, de qualquer forma antes de 1740, o cónego são-tomense Manuel do Rosário Pinto, que não conhecia, obviamente, o texto de Lucas Azevedo, repete a história do naufrágio: “Dando à costa um navio de Angola, carregado de escravos, em uma praia do Sudoeste desta Ilha, escaparam a maior parte dos ditos escravos, e fizeram a sua aldeia num pico”. Além disso, assaca aos “angola do Pico” o ataque e a destruição de vários engenhos e

¹ Torre do Tombo, *Mesa da Consciência e Ordens*, Secretaria da Mesa, Livro 145, fls. 15v-16v, Carta régia de 10-05-1723.

² T.Tombo, *Manuscritos da Livraria*, cod. 108, “Memórias da Ilha de Sam Thomé”, fls. 3v-5v.

a tentativa de conquistar a própria cidade de São Tomé, o que teria acontecido em 1574 (Pinto, 2005: 66).

A atribuição deste ataque aos “angola” (o mesmo que angolares) não merece confiança, sobretudo se se quiser fazer a associação, mesmo que em deferido, com qualquer naufrágio. De facto, um contemporâneo dos acontecimentos refere, numa carta escrita poucos anos depois, “o Pico de Mocambo, no qual há muitos negros alevantados”, os quais, numa ocasião próxima, teriam, diz ele, “tomada toda a Ilha, não ficando em salvo mais que a cidade e três léguas ao redor”. E esclarecia: “Estes alevantados todos eram escravos dos portugueses, os quais lhes fogem dos engenhos dos açúcares”³. Na época em que o cónego Rosário escrevia, todos os “alevantados” eram angolares. No século XVI, seriam ou não.

Voltando ao alegado naufrágio do navio de Angola, essa explicação é repetida, sem grandes pormenores, pela documentação da segunda metade do século XVIII e início do século XX.

Por exemplo, em 1771: “Nos sertões e montes da dita ilha [de São Tomé] se acham bastantes pretos gentios [mais adiante chama-lhes “angolas”], que, dizem as pessoas mais antigas dela, vieram num navio de Angola que na mesma ilha deu à costa, no qual naufrágio morreram todos os brancos, que eram estrangeiros; [...] parte dos ditos pretos escaparam e se conservam naqueles montes os seus descendentes”⁴.

E em 1789: “Nas montanhas desta ilha, se acham habitando um número de escravos que foram de um navio saído de Angola que nesta ilha dera à costa”⁵.

Nenhuma das citações feitas até aqui indica nem lugar preciso do naufrágio, nem datas (salvo a pouco sustentável de 1574, adiantada pelo cónego), nem número de naufragos... Mas vai entrar em cena uma historiografia muito mais imaginativa.

³ Carta de Frutuoso de Almeida para o padre Francisco Martins (ou Mariz), 14/3/1580 (Brásio, 1953: 271-272).

⁴ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para Martinho de Mello e Castro, 15-02-1771.

⁵ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 53, Carta do capitão-mor João Baptista e Silva para Martinho de Mello e Castro, 30-03-1789.

Primeiro que todos, Raimundo da Cunha Matos, militar em serviço no arquipélago e capitão-mor interino da ilha de São Tomé em 1815. No livro que publicou em 1842 e em que, na parte histórica, segue, quase à letra, o cónego Rosário Pinto, cujo manuscrito conhecia bem (Pinto, 2005: 34, 102 e 107), repete a versão deste, acrescentando-lhe um ponto: o naufrágio teria tido lugar entre 1540 e 1550 (Matos, 1916: 12). Dois anos depois, o administrador colonial e publicista Lopes Lima, embora partindo de Cunha Matos, retoca o retrato, passando para a costa oriental o que sempre fora localizado na ocidental, precisando que o naufrágio tivera lugar nos ilhéus Sete Pedras, de onde os escravos teriam atingido a Angra de S. João a nado, e assentando a data do sucedido no ano de 1544 (Lima, 1844: 8-9). Haverá, depois dele, quem ainda arrisque o número de náufragos (mais ou menos duzentos) mas, de qualquer forma, o “facto” estava fixado⁶.

O que podemos, de imediato, concluir é que, se já é arriscado atribuir ao naufrágio de um navio negreiro a origem da população angolar em São Tomé, muito menos devem considerar-se como adquiridos a data ou o lugar do acontecimento, que foram acrescentados, arbitrariamente, à tradição inicial. Há, aliás, fontes que apontam datas mais recentes para o alegado naufrágio.

Diz, por exemplo, o bispo Fr. Rafael de Castelo de Vide, em 1798: “acalhendo-se *há mais de cem anos* em o interior da mesma ilha uns pretos que se diz escaparam de naufrágio vindo de Angola, e vivendo gentios sem comunicação da gente, hoje se acham em grande número” (Coelho, 1959: 39).

E, embora sem aludir a sinistro náutico, o governador coronel Gabriel António Franco de Castro, afirma, em 1812: “A parte do Sul da ilha é habitada pelo gentio a que chamam Angolá (sic), onde reside *há seguramente cento e vinte anos*”⁷.

⁶ Para o acompanhamento de praticamente toda a literatura produzida sobre os angolares até ao início do século XXI é fundamental a consulta de Seibert (2004: 43-64).

⁷ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 33, doc. 69, Carta do gov. Gabriel António Franco de Castro para o visconde da Anadia, 22-10-1802.

AS ORIGENS: FUGITIVOS DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR?

Continua a faltar-nos um levantamento consistente da tradição oral dos angolares mas algumas abordagens empíricas parecem apontar para a inexistência de um “mito fundador” consensual, estando a questão das origens já muito contaminada pelas influências exteriores e eruditas (Feio, 2008: 24; *Esboço*, 1975: 23).

Até praticamente aos nossos dias, a historiografia dominante, quase toda pouco exigente na fundamentação documental, explicou a origem dos angolares através da tese do naufrágio e repetindo a cronologia tradicional⁸. Inopinadamente, numa das suas obras de carácter mais luso-tropicalista, Gilberto Freyre (1953: 311) aventou a hipótese de que os angolares habitariam já a ilha antes da chegada dos portugueses, ideia que não teve qualquer repercussão, por impossível de provar, só sendo retomada, pontualmente, por algum nacionalismo são-tomense post-independência (*Esboço*, 1975; Neves, 1978).

Em sentido diferente, em 1969, ao estudar, de forma pioneira, a língua dos angolares, Luís Ferraz parece ter sido o primeiro a relacionar a origem desse povo com as fugas de escravos para o mato (Ferraz, 1979: 9-11). Essa tese, embora aceite hoje pela maioria dos historiadores⁹, merece, no entanto, ser analisada com cuidado, à luz da informação de que dispomos actualmente. É o que tentaremos fazer a seguir.

As fugas de escravos para o mato foram uma constante da história de São Tomé entre o fim do século XV e o século XVIII (ou mesmo XIX), com um máximo de deserções no século XVI (Caldeira, 2016: 129-130). Do ponto de vista étnico, mercê do leque temporal alargado em que ocorreram essas deserções, há escravos fugitivos provenientes de diversos lugares da costa africana, tendo a predominância da origem variado ao longo do tempo. De forma muito grosseira, a geografia da proveniência dos escravos “são-tomenses” pode definir-se assim: fim do século XV e início do XVI – golfo do Benim; restante

⁸ É o caso de Tenreiro, 1961: 70; Gonçalves, 1972: 43; Oliveira, 1993: 120; mas também Garfield, 1992: XVI e 76-77.

⁹ Por exemplo, Vansina, 1996: 457 ou Henriques, 2000: 55-60.

século XVI – além do golfo da Guiné, o Congo e Angola; séculos XVII e XVIII – costa da Mina; fim do século XVIII e início século XIX – Gabão.

Muitos dos “fujões” não se afastavam muito da cidade e das fazendas, na esperança de a elas poderem recorrer em caso de necessidade mais premente. Dos que conseguiam sobreviver, uns regressavam voluntariamente aos seus senhores, outros eram recapturados pelos “capitães do mato”. Muitos outros, porém, por necessidades de defesa, procuraram fixar-se em pontos mais inacessíveis, onde a orografia da ilha e a espessura da floresta lhes proporcionavam refúgio. Foram, assim, ocupados vários “picos”, incluindo o pico de São Tomé, o mais alto de todos (2024 metros de altitude). Quando, em 1905, o botânico Auguste Chevalier escalou este último, ainda pôde identificar, no estádio superior, onde teriam existido antigos acampamentos permanentes, uma série de plantas comestíveis naturalizadas (Chevalier, 1938: 113-114).

Não tardou a que a ilha ficasse dividida em duas metades, separadas por um eixo NW-SE, em que a parte sul escapava, quase por completo, ao domínio dos colonizadores.

Os ataques dos sublevados às roças em funcionamento eram frequentes e, pontualmente, ameaçaram a própria capital da ilha. Em sentido inverso, houve regularmente expedições ofensivas por parte das autoridades coloniais tentando neutralizar essa ameaça. Foi a chamada “guerra do mato”, também designada “guerra dos negros alevantados” e “guerra da serra”, que se prolongou por quase três séculos (Caldeira, 2016: 130-144).

Nos séculos XVII e XVIII já se distinguiam claramente os “escravos do mato” (fugitivos mais recentes, vivendo não longe da área colonizada) do “gentio bravo”¹⁰ ou “pretos gentios”¹¹. O adjectivo “gentio” aparece aqui, tanto quanto podemos deduzir, no sentido mais comum, o de não cristianizado, o que se justifica por se tratar já de africanos de segunda, terceira ou mais remotas gerações que, ao contrário dos seus ascendentes ou dos fujões mais recentes, nunca

¹⁰ AHU, Cons. Ultr., *S. Tomé*, Cx. 3, doc. 50, Consulta de 24-04-1679.

¹¹ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para Martinho de Melo e Castro, 15-02-1771.

tinham sido baptizados. Estavam radicados no interior mais inacessível de São Tomé, sendo eles os que, no século XVIII, começam a aparecer designados na documentação como “angolares”, e que, em 1803, o governador identificava como os “povos denominados angolares dispersos nas montanhas desta Ilha”¹².

Como tinham chegado lá? Temos de voltar ao princípio, à questão das origens. Numa altura em que é problemático que venha a surgir documentação nova que esclareça todas as dúvidas, é da maior importância o contributo dado, nas últimas décadas, pela linguística e pela genética.

A primeira evidência é a de que, tanto linguística como geneticamente, os angolares se distinguem, de forma recortada, da restante população da ilha de São Tomé¹³.

O idioma chamado Angolar (ou *Lunga Ngola* ou simplesmente *Ngola*) tem, no entanto, uma origem comum não só com o São-Tomense (ou *Forro*), como com o Principense (ou *Lung’ie*, língua da ilha) e o Anobonense (*Fa d’Ambò*), falados, respectivamente, na ilha do Príncipe e na de Annobón. Como salientou Tjerk Hagemeyer, os quatro partem de uma mesma origem, um proto-crioulo nascido na ilha de São Tomé logo no início do século XVI, como modo de comunicação inter-étnica, em que a influência das línguas africanas do Golfo da Guiné, nomeadamente do Edo, parece ser predominante (Hagemeyer, 1999 e 2011).

Em todas essas línguas, um grande número de traços gramaticais está relacionado com línguas africanas, mas é de origem portuguesa cerca de 80 a 90% do léxico. Nos restantes 10 a 20% é o Angolar que possui a mais forte componente lexical bantu, designadamente do Kimbundu.

A questão fundamental que, a esse propósito, continua a pôr-se é precisamente a da forma como se conciliou, no Angolar, esse significativo contributo lexical do Kimbundu com uma estrutura de base muito próxima do crioulo São-Tomense, nomeadamente em termos morfosintáticos.

¹² AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 35, nº 31, Carta do gov. Franco de Castro para o visconde de Anadia, 17-11-1803.

¹³ Tjerk Hagemeyer e Jorge Rocha, “Creole languages and genes: the case of São Tomé e Príncipe”. Trata-se de um artigo em curso de publicação, cujo acesso agradeço a ambos os autores.

Do ponto de vista genético, apesar da área reduzida da ilha de São Tomé (cerca de um terço da área do distrito de Lisboa, menos de um décimo do distrito de Beja), é grande a variação genética entre os seus grupos populacionais melhor definidos, sendo particularmente nítida a diferenciação dos chamados angolares. Estes apresentam-se geneticamente como um grupo muito homogéneo, descendente, portanto, de um número pequeno de indivíduos e claramente marcado pelo impacto desse grupo fundador, neste caso um grupo fundador masculino, pois o património genético do cromosoma Y, transmitido por linhagens masculinas, é bastante mais homogéneo do que o do DNA mitocondrial, transmitido por linhagens femininas (Coelho *et altri*, 2008 e 2008b).

Esse “efeito do fundador” dá, porém, aos angolares peculiaridades genéticas tão estritas que não se torna fácil, para os especialistas, identificar a origem do grupo de ancestrais, tradicionalmente associada a Angola, o que a linguística, aparentemente, confirma, se admitirmos que a origem do léxico e a origem genética, neste caso, coincidem.

Juntando a informação historiográfica disponível aos contributos da linguística e da bio-genética, talvez seja possível avançar com uma explicação, mesmo que provisória, sobre a origem dos angolares, a qual decorre, em nosso entender, de um caso de “grand marronage”.

O período em que entra um maior número de escravos na ilha de São Tomé, que é também o tempo em que um maior número foge para a mata, corresponde, já se disse, ao século XVI, sobretudo depois de 1520, quando a produção açucareira floresce na ilha. É também, então, que é maior a diversidade de origem desses escravos e que cresce, de forma expressiva, o número de cativos importados da África Centro-Ocidental (Loango, Congo e Angola).

Parte significativa dos escravos “fujões” saía das próprias roças/engenhos, tentando libertar-se de um ritmo de trabalho de grande desumanidade. Eram, em geral, cativos de primeira geração de diferentes origens étnicas, mas havia também “crioulos”, nascidos já nas fazendas. Todos eles se entendiam entre si falando, melhor ou pior, uma língua crioula, provavelmente, uma fase inicial do São-Tomense (ou *Forro*).

No entanto, ao lado desses, fugiam também aqueles que eram designados como “peças de armação”, isto é, os escravos acabados de desembarcar na ilha,

com vista à posterior reexportação. Estes dificilmente falariam outras línguas, além do seu idioma de origem, a não ser quando se demoravam nas chamadas “fazendas de concentração”.

Como atrás dissemos, uma parte dos fugitivos, acoitados pelos “capitães do mato” e tendo levado na fuga ou conseguido em posteriores assaltos armas e/ou ferramentas, embrenhavam-se na floresta e atreviam-se ao alcantilado dos “picos”, onde procuravam organizar-se, formando *mocambos* (no Brasil chamados preferentemente *quilombos*). Não era uma vida fácil, pois os recursos alimentares imediatamente disponíveis eram limitados.

Se era problemática a sobrevivência de um indivíduo isolado, não o era menos a de grandes ajuntamentos. Para poderem subsistir, os foragidos tinham de se dispersar em pequenos grupos. Eram formados, no seu início, maioritariamente, por homens, e é natural que, na constituição desses grupos, contassem decididamente as afinidades culturais, determinadas por uma origem comum.

Os escravos das fazendas, pelo maior conhecimento do terreno e por poderem preparar minimamente a fuga, estavam mais aptos para se aguentarem num ambiente pouco acolhedor como o da meia encosta ou mesmo do topo dos mais altos montes, onde a única vantagem era disporem de boas condições de defesa contra eventuais ataques dos seus perseguidores. Em contrapartida, os “escravos de armação” eram os mais desprotegidos de meios para sobreviverem na floresta mas não é impossível que alguns conseguissem juntar-se aos grupos recuados nos picos, nomeadamente aos que lhes eram culturalmente mais próximos.

A diversidade de grupos “instalados” está presente nas fontes portuguesas ao referirem “picos”, no plural, para o refúgio de foragidos e uma dessas fontes é mesmo um pouco mais precisa. De facto, um morador de São Tomé relata, em 1537, os serviços prestados na guerra do mato durante a qual lutara “no pico do Rio Grande (Cabumbé?) onde estava Mocambo com sua gente e assim no pico da Serra Alta (São Tomé?) onde ajudara a combater e entrar a Diogo Molare (?) e sua gente”¹⁴.

¹⁴ T. Tombo, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Livro 44, fl. 5v., Carta régia de 17-12-1537.

Os escravos de origem bantu, provenientes do Congo ou de Angola, que se tinham refugiado no interior da ilha, constituíam seguramente um, ou mais de um, desses grupos que se organizaram por razões de auto-subsistência e de defesa, escolhendo o seu capitão. Com alguma probabilidade, podemos supor que o grupo (cada grupo) tinha uma certa homogeneidade étnica e era constituído, maioritariamente, por gente fugida das fazendas.

Na grande rebelião de 1595, que ameaçou seriamente a economia de plantação e a própria cidade de São Tomé, e foi, é sabido, uma revolta dos escravos das fazendas, dirigida por “cativos crioulos”, há referência a uma coluna de “negros Angola” que tinha por capitão “o negro Cristóvão” (Pinto, 2005: 75)¹⁵. É, porém, pouco verosímil que se tratasse de fugitivos dos picos que tivessem descido da serra para participar na sublevação, sendo, mais provavelmente, escravos de engenho.

De qualquer forma, tudo leva a crer ter sido um (ou mais de um?) desses grupos de escravos “dos picos”, constituído maioritariamente ou mesmo exclusivamente por indivíduos *mbundu*, que, tendo procriado, veio a constituir o povo dos angolares. Teve de ser o que melhor resistiu às difíceis condições do meio, aos ataques e ao isolamento impostos pelas autoridades coloniais, bem como às próprias lutas entre grupos de fugitivos, sendo o único a chegar, totalmente autónomo, ao início do século XIX.

Será que, em algum momento do seu percurso, esse grupo, já mais ou menos alargado, se viu reforçado por escravos fugidos de um navio naufragado, provindo, talvez, de Angola? Não é impossível, mas convém recordar que poucos cativos escapariam vivos de um naufrágio no mar (a maioria não saberia nadar e muitos dos homens viajavam acorrentados) e os que o conseguissem, desprovidos de tudo como estavam, teriam a maior dificuldade em sobreviver na travessia da floresta desconhecida, a não ser que tivessem o apoio directo dos próprios angolares.

¹⁵ Embora essa participação apenas seja referida por Rosário Pinto, já no século XVIII, parece seguro que segue o manuscrito de um contemporâneo dos acontecimentos. Desconhecemos se houve algumas alterações da sua lavra e não podemos, nomeadamente, saber se a expressão “negros Angola” já estava no original quinhentista.

Ignoramos se o grupo nuclear sempre se chamou a si próprio, como acontece actualmente, *Ngolá* ou *Angolá* (Almeida, 1962: 12; Maurer, 1995: 194 e 254), equivalente ao português Angolar, ou se esse facto resultou da assunção da identidade que lhes era atribuída pelos colonizadores. Podemos, com alguma verosimilhança, imaginar que, desde cedo, um grupo alargado de fugitivos reivindicasse para si essa marca identitária, à medida da tradição cultural de raiz angolana, que era, muito provavelmente, a sua. No Brasil, por exemplo, os próprios quilombolas (apesar da sua diversidade étnica) chamavam *Angola Janga* (Angola Pequena) ao célebre quilombo de Palmares e, em 1672, a câmara de Salvador queixava-se da opressão que todos sofriam com “os bárbaros de Angola que vivem em Palmares” (Schwartz, 2001: 256).

Embora não houvesse necessariamente laços de sangue entre os fugitivos, as necessidades de auto-defesa obrigavam a uma cooperação entre eles e estiveram na origem da sua organização política, com a emergência de um chefe (que os portugueses identificaram, primeiro, como comandante e, depois, como capitão) e, em seguida, de uma elite dominante. Criou-se, se assim podemos dizer, uma linhagem nova que, embora possa ter sofrido rupturas, assumiria, o domínio político e as funções de defesa até, pelo menos, o século XIX.

Em 1626, o governador de São Tomé não hesitou em dizer que “se acabaram as guerras do mato”¹⁶. Talvez tivesse razão. Não tinha, no entanto, acabado a “guerra da serra”, dirigida contra os “negros gentios”.

Em 1693, numa altura em que os “negros Angola do Pico” tinham levado “para suas aldeias” várias escravas das fazendas, o governador Ambrósio de Barredo e Castro mandou o capitão-mor do mato, Mateus Pires, “com soldados a destruir as ditas aldeias e trazer presos os ditos Angolas. E o capitão-mor executou a ordem de seu general, trazendo presos a alguns [mas a] maior parte deles se meteram nos brejos mui ásperos” (Pinto, 2005: 150-151), isto é procuraram abrigos de rectaguarda, talvez há muito preparados.

A informação sobre este assalto, que apenas chegou até nós no manuscrito do cónego Rosário Pinto (que, neste caso, é contemporâneo dos acontecimentos),

¹⁶ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 1, doc. 108, Carta do gov. A. G. Maracote, 10-02-1626.

foi repetida por Cunha Matos (1906: 30) e foi sendo, depois, interpretada, por outros autores, como sendo o fim das acções militares envolvendo angolares e significando até a entrada em vigor de uma espécie de tratado de tréguas entre os rebeldes e as autoridades coloniais. Nada garante que assim fosse. Os ataques às fazendas, embora diminuíssem de intensidade, não terminaram. Um corsário francês fala, em 1709, dos “negros fugitivos que habitam nas montanhas para escapar à escravidão” e não se esquece de referir os assaltos que faziam, isto é, que continuavam a fazer, “aos portugueses estabelecidos ao longo da costa”¹⁷. Por sua vez, o coronel João Francisco de Almeida, capitão-mor da ordenança e, na altura, o maior proprietário de São Tomé, diz que “em uma ocasião [cerca de 1770] lhe foi preciso mandar-lhes fazer montaria”, provavelmente na sequência de um ataque dos angolares a fazendas suas, tendo sido feitos vários prisioneiros¹⁸.

O mais provável é que, depois de 1693, os angolares se tenham deslocado mais para Sul, tendo sempre bases fixas em patamares altos dos picos, mas já suficientemente longe da zona colonizada do Nordeste, diminuindo assim possíveis tensões e conflitos. Não há, porém, quaisquer sinais de “entente cordiale” antes do final do século XVIII.

Por essa data, devido ao crescimento demográfico, distribuía-se por três povoações, segundo um fonte de 1789¹⁹, ou, de acordo com uma informação de 1803, estavam “dispersos nas montanhas da ilha”, das mais próximas do litoral até aos “montes mais remotos”. No entanto, este último autor acrescenta um pormenor importante: diz que seria fácil reunir toda essa gente numa única

¹⁷ Bibliothèque Méjanes (Aix-en-Provence), Ms. 233 (431), “Journal du voyage fait à l’Isle de St. Thomé...” (1709).

¹⁸ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para M. de Melo e Castro, 15-02-1771.

¹⁹ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 53, Carta do capitão-mor João Baptista e Silva para M. de Melo e Castro, 30-03-1789.

povoação, “por serem todos de uma mesma geração”²⁰. Será apenas uma forma diferente de referir o “efeito do fundador” de que falam os biólogos?

A DIFÍCIL CONVIVÊNCIA COM A ORDEM COLONIAL

A partir, pelo menos, do fim do século XVII, os contactos do(s) remoto(s) mocambo(s) angolares com a restante população são-tomense eram mínimos e tinha-se formado uma imagem dos primeiros caracterizada pela incivilidade e pela ferocidade, o que acabava por funcionar como uma barreira suplementar entre as duas comunidades da ilha. Essa imagem parece penetrar inclusivamente os escravos das fazendas, já de si afastados daqueles pela origem étnica e pela cultura, pois estava, então, consumada a separação entre *minas* e *angolas*. Segundo o capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, em 1771, “dizem os moradores da ilha [de São Tomé] que os ditos angolas lhes são muito úteis na terra, pela razão que, tendo os seus escravos receio deles, não fogem para muito longe”²¹. Uma ameaça que os proprietários de escravos tinham todo o interesse em alimentar.

A longa permanência dos angolares em espaços recuados do interior são-tomense não significou, porém, total falta de contacto com o espaço colonial. A própria sobrevivência obrigava a uma abertura ao exterior.

O problema do sal parece ter sido resolvido através de pequenas explorações de sal marinho na costa sudoeste, nomeadamente numa pequena enseada antes da Ponta Azeitona. Aí, segundo um testemunho do século XVIII, “os negros brabos que chamam Angolas vêm fazer sal”²².

Mas havia outra necessidade mais difícil de prover: a de ferro, fundamental para a abertura de clareiras, para a defesa, para o trabalho da madeira,

²⁰ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Caixa 35, doc. 31, Carta do gov. de São Tomé para o visconde da Anadia, 17/11/1803.

²¹ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para M. de Melo e Castro, 15-02-1771.

²² AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 59, doc. 26, Relação da ilha de São Tomé, s. identificação nem data [1770 ?].

para a manutenção da actividade agrícola, por muito elementar que fosse. Dificilmente uma população relativamente numerosa poderia subsistir, num meio hostil como a floresta, e preparar a resistência contra ameaças exteriores, sem facas, sem machados, sem enxadas... Não é impossível que os angolares conhecessem as técnicas da metalurgia do ferro, mas, nesse caso, precisavam de metal. Caso contrário, necessitavam dos próprios artefactos. Numa ou noutra situação, tinham de recorrer às fazendas (ou aos núcleos urbanos) para se abastecerem. Embora a documentação não a refira, essa há-de ter sido uma das razões dos ataques que periodicamente, sobretudo até ao início do século XVIII, os angolares realizavam às roças.

As fontes escritas sublinham antes outra motivação que se lhes afigura mais insólita e, para os proprietários, economicamente mais ruínosa: o roubo de mulheres escravas. Esse rapto, pelo menos nos primeiros tempos, parece natural: em qualquer parte do mundo onde o fenómeno é conhecido, o número de homens nos quilombos é superior ao das mulheres (estas são mais renitentes à fuga) pelo que se justifica a procura de companheiras. Nas fases seguintes, a persistência desse tipo de comportamento explicar-se-á como escape à endogamia, como procura de mão-de-obra (muitas das tarefas agrícolas, e não só, são tradicionalmente femininas em África) e, eventualmente, como consequência da prática da poligamia pela elite dominante, que punha em causa as possibilidades de reprodução de amplos sectores masculinos. Não parece haver dúvidas, aliás, que algumas dessas mulheres, que etnicamente nada tinham a ver com os angolares, fugiam dos “mocambos” logo que podiam²³. De qualquer forma, podem ter sido elas as responsáveis pelo facto de, geneticamente, haver, entre os angolares, uma menor homogeneidade entre os padrões de haplótipos transmitidos por via feminina do que por via masculina (Coelho *et altri*, 2008: 10). E também foram provavelmente elas que, no relacionamento

²³ Lucas P. Araújo e Azevedo diz, no início do século XVII, ter falado com algumas das mulheres “que de lá tinham escapado” (T.Tombo, *Manuscritos da Livraria*, cod. 108, “Memórias da Ilha de Sam Thomé”, fl. 4).

com os filhos, ajudaram a que o crioulo angolano não se afastasse demasiado do crioulo falado nas roças.

Os ataques às fazendas e o sequestro de mulheres não hão-de ter sido muito populares entre os próprios escravos das roças, embora não seja impossível que se estabelecessem também, entre alguns deles, relações mais amistosas, eventualmente com intercâmbio de produtos. Não nos chegaram informações expressas nesse sentido mas a verdade é que, no último quartel do século XVIII, quando os angolares pretenderam aproximar-se do litoral colonizado, “vieram alguns à fala com escravos das fazendas mais próximas²⁴”, o que mostra que não estavam completamente cortadas as pontes de contacto.

E seria “um que os entendia”, provavelmente um desses escravos das fazendas, quem serviria, em 1788, de intérprete entre dois enviados angolares e as autoridades portuguesas. Alegadamente por estarem a ser atacados por uma epidemia, os rebeldes propunham-se ser baptizados cristãmente, fixar-se no litoral e passar a trazer os seus produtos à cidade de São Tomé, desde que não lhes fizessem mal nem os tomassem por escravos.

O capitão-mor de São Tomé, João Baptista e Silva, mostrou-se entusiasmado com essa possibilidade. Despachada para o bispo a parte espiritual, escreveu para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, pedindo autorização para conceder aos angolares “sítio para uma ou duas povoações ou freguesias”, conforme o número que houvesse que acolher. Propunha mesmo disponibilizar um terreno vago, próximo da freguesia da Trindade, com boas condições agrícolas e suficientemente próximo da capital para poder “domesticar e sujeitar” os novos vindos²⁵.

Tudo parecia bem encaminhado mas a tentativa não teve seguimento, por razões que desconhecemos. Também do lado da religião, o bispo Fr. Domingos Rosário deixou o cargo ainda nesse ano de 1788 pelo que pouco pôde fazer. No

²⁴ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 53, Carta do capitão-mor João Baptista e Silva para M. de Melo e Castro, 30/3/1789.

²⁵ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 59, Descrição da situação da ilha de S. Tomé pelo capitão-mor João Baptista e Silva, 10-07-1789.

entanto o seu sucessor, Fr. Rafael de Castelo de Vide conta, em 1798: “alguns [angolares] se têm domesticado e têm recorrido a algumas freguesias mais próximas para se baptizarem e que ele Bispo, visitando a freguesia da Senhora Santa Ana, catequizou a alguns e administrou os sacramentos. Seria meio de trazer toda aquela gente ao grémio da igreja se V. Majestade fosse servida mandar erigir uma nova paróquia em o sítio em que [aquela gente] assiste, aonde já tenho mandado um missionário a quem significaram seu desejo” (Laranjo, 1959: 39).

Faltou a paróquia mas, por iniciativa do bispo e do missionário no terreno, foi levantada uma “ermida de tábuas” na Angra de São João, onde se conseguiu o baptismo de um número razoável de angolares²⁶.

Embora isso não pareça ter alterado grande coisa no quotidiano angolár, começavam a ser dados, de um lado e de outro, passos importantes no sentido da integração e, ainda “medrosos e desconfiados”, alguns angolares já se atreviam a aparecer na capital. Além disso, o governador, coronel Gabriel António Franco de Castro, conseguira que um enviado seu fosse viver entre os rebeldes no sentido de os convencer da bondade da fixação no litoral.

Finalmente, a 7 de Setembro de 1803, “quinze dos principais de entre eles”, em representação de todos, “ainda os dos montes mais remotos”, apresentaram-se perante o governante português e juraram e “assinaram” um compromisso de “fidelidade e sujeição”. Puseram condições: ser-lhes dado o sítio denominado Angra de São João, para edificarem suas casas, recebendo a povoação o título de vila, e serem, obviamente, considerados homens livres. A abundância de terrenos disponíveis não exigiu a demarcação rigorosa das terras que passavam a ser consideradas angolares.

A autonomia da comunidade ficava garantida, uma vez que continuava a auto-governar-se, elegendo um chefe a quem, diz o governador, porventura à falta de melhor tradução, chamavam “comandante”, o qual, segundo a mesma fonte, era “um preto descalço como todos os mais, porém velho e de probidade entre eles”²⁷.

²⁶ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Caixa 35, nº 31, Carta do gov. de São Tomé, 17-11-1803.

²⁷ *Ibid.*

Conhecemos mal o funcionamento da forma de escolha desse chefe, forma que remontava seguramente ao período “dos picos” e que as autoridades portuguesas tiveram de aceitar. Aparentemente, como sabemos por acontecimentos posteriores, o chefe escolhia um coadjutor entre “os principais” e era ele que lhe sucedia em caso de morte ou impedimento. No entanto, o “chefe” respondia perante o conjunto da população, que o podia demitir (ver *infra*). Porém, todas as escolhas políticas eram feitas, tudo leva a crer, no grupo de notáveis, cuja “linhagem” se fazia remontar às primeiras chefias. Essa forma de selecção mantinha-se, ainda no fim do século XX, mesmo nas povoações mais pequenas: “[...] até hoje todas as aldeias angolares têm um chefe que se diz descendente dos primeiros que construíram a aldeia”²⁸.

O governador português, na tentativa de dar um carácter institucional “reconhecível” à hierarquia político-social angolara, atribuiu ao “chefe” dos recém-fixados na Angra de São João, o posto de capitão do exército de 2.^a linha, com a respectiva farda, e o de tenente ao seu coadjutor, os quais, juntamente com os outros “principais”, deviam manter operacional uma companhia de ordenanças, como, de facto, veio a acontecer.

A nova povoação, conhecida, significativamente, por Vila de Santa Cruz do Pico dos Angolares (onde, dois meses depois do acordo, já estavam levantadas 50 casas), estava “situada como um ninho de águias sobre a montanha do Nordeste da Angra de São João” (Lima, 1844: 20).

No seguimento, e tentando quebrar-lhe o isolamento, o governador mandou abrir um caminho que a ligasse à capital “por ásperas montanhas e pela distância de cinco ou seis léguas”²⁹, decisão que demorará a romper no terreno, pelo que continuariam a ser o mar e as canoas tradicionais a única forma de lá chegar.

Não eram, no entanto, as deficientes vias de comunicação o principal factor a dificultar os contactos. Um abismo cultural separava os angolares das

²⁸ Maria Nazaré Ceita, *Ensaio para uma Reconstrução Histórico-Antropológica dos Angolares de São Tomé*, Lisboa: CEA/ISCTE, 1991, p. 21 (cit. por Feio, 2008: 33).

²⁹ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Caixa 34, nº 54, Carta do governador de 23-04-1804.

autoridades coloniais portuguesas, pelo que, a todo o momento, podiam surgir conflitos custosos de resolver.

O mais grave que conhecemos teve a ver com escravos e precipitou-se em 1814. Alguns cativos “gabões” (o Gabão era, desde o século XVIII, o fornecedor quase exclusivo de escravos a São Tomé), que fugiam aos seus proprietários do Nordeste da ilha, iam refugiar-se junto dos angolares. Não sabemos, infelizmente, que tipo de acolhimento estes lhes proporcionavam (punham-nos ao seu serviço? consideravam-nos homens livres?), o certo é que se recusavam a devolvê-los. À falta de melhor justificação, afirmavam que não os podiam entregar pois já os tinham matado, cortado em pedaços e dado a comer aos porcos.

A situação foi sempre piorando e atingiu o seu ponto crítico quando João Ferreira Guimarães, capitão-mor de São Tomé, mandou prender Diogo Soares, segunda figura da hierarquia angolar, acusando-o de ser responsável pela situação. Não contente com isso, ameaçou Manuel Ferreira Jorge, o angolar que substituíra Diogo nas suas funções, dizendo-lhe que, à falta dos “gabões” fugidos, faria prender um número idêntico de angolares, levá-los-ia à cidade e entregá-los-ia, como escravos, aos proprietários daqueles.

Não tardou a que os habitantes de Santa Cruz começassem a abandonar as suas casas e se embrenhassem no mato, buscando segurança no “centro dos picos” (sic). A povoação ficou praticamente deserta e os angolares voltaram ao mato profundo e às suas origens (“reduzidos à primitiva de que há pouco tinham saído”).

Julgado sumariamente, no início de 1815, e preso na fortaleza da cidade de São Tomé, Diogo Soares conseguiu evadir-se, arrombando as grades da cadeia e saltando a muralha. Recapturado, foi enviado, à cautela, para a ilha do Príncipe.

Com a mudança de capitão-mor, substituído por Raimundo J. Cunha Matos (atrás referido na qualidade de autor), o ambiente começou a desanuviar-se. Muitos dos escravos “gabões” fugitivos reapareceram e puderam ser entregues aos seus senhores. Mas os angolares recusavam-se a voltar a Santa Cruz sem que “o seu Diogo Soares” fosse libertado.

A partir da capital, na ilha do Príncipe, o governador Luís Joaquim Lisboa cortou, em Janeiro de 1816, esse nó górdio, perdendo e decidindo a

libertação incondicional do prisioneiro, o qual pôde voltar em paz para casa, ao mesmo tempo que era garantido aos restantes angolares que nada de mau lhes aconteceria, sendo-lhes também perdoada a deserção. O restabelecimento da confiança seria, porém, lento: “sempre receosos, muito poucos apareciam, quer na sua Vila de Santa Cruz do Pico dos Angolares, como na cidade”. A pouco e pouco, porém, depois de mais de três anos “reduzida a ermo”, a vila voltou, em 1817, a ser habitada e os angolares voltaram a cultivar as suas roças de milho e mandioca em volta da povoação³⁰.

Décadas depois, chegam notícias de uma outra situação equívoca, por certo uma entre muitas, esta a propósito da forma de governação “efectiva” da comunidade angolar contraposta à máscara de legalidade mantida pela governação portuguesa.

Como se disse, eram os próprios angolares que escolhiam os seus chefes. As autoridades coloniais tiveram de admitir essas escolhas mas criaram a ficção de que a decisão só se efectivava depois da nomeação oficial pelo governador do arquipélago.

Em 1873, o conjunto da comunidade angolar de Santa Cruz, alegando abusos de autoridade, decidiu demitir o chefe em funções, Roberto Manuel (o Velho), que levava três anos de exercício, e substituí-lo pelo seu ajudante, Domingos Pires.

O caso causou sérios engulhos ao governo colonial que se via obrigado a uma exoneração inopinada e dificilmente justificável segundo os padrões políticos portugueses. Foi mandado proceder a um inquérito, para o qual se nomeou um oficial do exército com indicações de máxima prudência, de modo a não “ferir as susceptibilidades daquele povo bastante atrasado e que se regula por hábitos e estilos completamente estranhos às nossas leis”. Mas o povo não voltou atrás na sua decisão, ratificando-a numa assembleia que reuniu cerca de mil angolares.

³⁰ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Caixa 51, docs. 21, 28 e 30, Cartas do gov. Luís Joaquim Lisboa para o SEMU, 17-01 e 7-02 de 1816 e 07-07-1817 e anexos.

Na sequência, o governador tentou que o chefe passasse a ser designado por *regedor* e tivesse as funções reconhecidas aos restantes “regedores de paróquia”, mas foi aconselhado a não ir por esse caminho, pelos melindres que podia levantar, e a conservar a designação anterior, respeitando “o modo gentílico como aquela gente ainda hoje vive” (Dias; Nascimento: 1988: 58-60 e ns. 21 e 25).

Desde o início do relacionamento mais pacífico com os angolares, as autoridades coloniais perceberam que uma das formas de quebrarem esse “modo gentílico” era por meio da religião. Embora o contacto directo com o cristianismo já fosse anterior, como ficou referido, procurou-se, depois de 1803, que houvesse, em Santa Cruz, a presença permanente de um sacerdote católico. Este, além do múnus pastoral, devia assegurar também o funcionamento de uma escola de ensino primário.

Não é porém seguro que a presença de um pároco tenha sido regular e contínua, pelo menos até meados do século XIX. Em 1864, o padre Jerónimo Pereira Barbosa Neto, ao deixar a igreja paroquial de Santa Cruz dos Angolares, cuja assistência assegurara durante alguns meses, escrevia assim ao governador: “Encontrei aquele povo sem instrução alguma; usavam geralmente de tangas, ainda mesmo nos dias festivos, sem excepção dos próprios oficiais, assistindo com estes hábitos aos actos religiosos, de que pouco a pouco se iam emendando. Enquanto ao melhoramento da vila e seus habitantes, ia progredindo a pouco e pouco para o que concorria a escola do ensino primário que V.^a Ex.^a ali mandou estabelecer com geral contento, mostrando alguns alunos ardentes desejos de adquirir instrução” (*Boletim*, 1864: 2-3).

O contentamento dos angolares perante a aprendizagem escolar não é confirmado por outras fontes. Por um lado, os conhecimentos recebidos não tinham, localmente, aplicação prática; por outro, os angolares receavam, com alguma razão, que a escola fosse um meio idealizado pelo governo para lhes levar os filhos para longe das famílias (Dias; Nascimento: 1988: 66).

Quanto ao templo propriamente dito, foi sofrendo alguns melhoramentos e era, cerca de 1880, “uma pequena igreja de alvenaria grosseira”, contrastando, ainda assim, com o resto da vila de Santa Cruz que não passava de “uma aglomeração de cubatas de andala ou de tábuas” (Almada, 1884: 20).

Não há notícia de movimentos hostis à presença de sacerdotes na comunidade angolar e a religião católica parece ter sido bem recebida. Um dos reflexos disso é o facto de se ter generalizado o uso de nomes “cristãos”, decorrentes do baptismo.

Embora o processo de integração pacífica dos angolares na sociedade insular fosse lento, deve ter sido considerado suficientemente conseguido para que o grupo e os seus lendários “instintos ferozes” deixassem de ser uma ameaça. Aliás, passaram a ser comuns as trocas comerciais com os forros e tornou-se habitual a ida de angolares, nas suas canoas, à cidade de São Tomé onde vendiam peixe, tábuas, cordas e outros produtos. No último quartel do século XIX, porém, os angolares iriam ser expostos a desafios muito violentos, a que, aparentemente, já não tinham como reagir.

O primeiro veio de um médico e proprietário, residente na capital da ilha, o Dr. Mateus Ribeiro Sampaio, que, em 1875, comprou, a virtuais titulares, uma extensão de terrenos que, desde 1803, eram considerados sob domínio angolar e iniciou, de imediato, com o apoio de homens armados, a instalação de uma roça em São João dos Angolares. E era apenas a primeira. A procura de terrenos férteis para a lucrativa economia do cacau tudo justificava. Os repetidos protestos dos angolares, que se consideravam, há décadas, na posse legítima desses terrenos, protestos mediados pelo pároco de Santa Cruz, serviram de pouco.

Pelo contrário, em 1878, quando a questão ainda se encontrava longe de estar decidida, o governador Estanislau Xavier de Almeida mandou avançar um destacamento militar, composto por um oficial subalterno, um sargento e 25 soldados, que ocupou a vila de Santa Cruz e impôs, sem resistência, a submissão, pelo menos formal, à autoridade colonial. A companhia de ordenanças da vila foi desactivada e o uso de espada e de fardas militares pelos que eram, até aí, oficiais da mesma, deixou de corresponder a qualquer função efectiva, embora levasse tempo a desaparecer. Por sua vez, as funções que pertenciam ao “chefe” angolar foram transferidas, pelo menos oficialmente, para um regedor vindo de fora (Costa, 1982: 69-76; Dias; Nascimento: 1988: 66-70). Claro que, na prática, isso não significou o fim da existência dos chefes costumeiros e o pároco colocado em Santa Cruz em 1879 não deixou de referir “os seus mágicos

e tradicionais chefes aos quais ouvem, respeitam e obedecem como a verdadeiros oráculos”³¹. No entanto, do ponto de vista das autoridades portuguesas, esses chefes tinham deixado de ter legitimidade oficial, pelo que a ordem colonial se podia considerar imposta no espaço angolano.

Estrangulada economicamente pela expropriação das terras e perda da autonomia, a vila de Santa Cruz entrou em declínio. Só uma actividade, em que há muito eram peritos, podia garantir a sobrevivência à maioria dos angolares: a pesca. Mas isso forçou a uma diáspora para outros pontos da costa, o que deu origem ao aparecimento de vários estabelecimentos angolares nas faces oriental e ocidental da ilha de São Tomé, por vezes em lugares perfeitamente inesperados e onde a sua inserção não foi fácil. É que a dispersão não impedira os angolares de manterem, como até hoje, uma marcada identidade cultural.

BIBLIOGRAFIA

- Almada, Vicente Pinheiro Melo e (1884). *As ilhas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Almeida, António de (1962). *Da origem dos angolares, habitantes da ilha de S. Tomé*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Azevedo, Lucas Pereira de Araújo e (1992). Memórias da Ilha de São Tomé, introd. Celso Batista de Sousa, *Mare Liberum*, 4, Dezembro.
- Boletim Oficial da Província de São Tomé e Príncipe* (10-12-1864), 36.
- Brásio, P. de António (1953), *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. III.
- Caldeira, Arlindo Manuel (2016). A guerra do mato. Resistência à escravatura e repressão dos fugitivos na ilha de São Tomé (séculos XVI-XVIII), *Povos e Culturas*, 20, 125-144.
- Chevalier, Auguste (1938), *La végétation de l'île de Sain-Thomé*. s. l.: s. n.
- Coelho, M.; Alves, C.; Coia, V.; Luiselli, D.; Useli, A.; Hagemeyer, T.; Amorim, A.; Destro-Bisol, G.; Rocha J. (2008a). Human Microevolution and the Atlantic Slave Trade: A Case Study from São Tomé, *Current Anthropology*, 49 (1), 134-143.

³¹ Ofício do pároco Luís José da Silva (cit. Dias; Nascimento, 1988: 63). O qualificativo de “mágicos” para os “chefes” introduz uma dimensão religiosa que seria interessante aprofundar.

- (2008b). Slave trade and human genetic microdifferentiation. In C. Calò; G. Vona (Eds.), *Atti del XVII Congresso dell' Associazione Antropologica Italiana. Cagliari. 26/29-09-2007, International Journal of Anthropology* [special issue], 2-11.
- Coelho, P. M. Laranjo (1959). *O Bispo Missionário Fr. Rafael de Castelo de Vide*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Costa, Fernando Ferreira (1982). Um reino de escravos na linha do Equador. *História*, 50, 67-78.
- Dias, Alfredo Gomes; Nascimento, Augusto do (1988). Os Angolares: Da autonomia à inserção na sociedade colonial (segunda metade do século XIX), *Ler História*, 13, 53-76.
- Esboço Histórico das ilhas de S. Tomé e Príncipe* (1975). São Tomé: Imprensa Nacional.
- Feio, Joana Areosa (2008). *De Étnicos a "Étnicos": uma abordagem aos "Angolares" de São Tomé e Príncipe*. Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Ferraz, Luís Ivens (1979). *The Creole of São Tomé*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press.
- Freyre, Gilberto (1953). *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Garfield, Robert (1992). *A History of São Tomé Island, 1470-1655. The Key of Guinea*. São Francisco: Mellen Research University Press.
- Gonçalves, Manuel Joaquim Sobral (1972). *Forros e angolares de São Tomé*. Dissertação de Licenciatura. Lisboa: Universidade Técnica.
- Hagemeyer, Tjerk (1999). As ilhas de Babel: a criouliização no Golfo da Guiné, *Camões*, 6, Julho-Setembro, 74-88.
- (2011). The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations, *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 26 (1), 111-154.
- Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega.
- Lima, José Joaquim Lopes de (1844). *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas*. Livro II, Parte II, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Matos, Raimundo José da Cunha (1916). *Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó (1842)*. São Tomé: Imprensa Nacional.
- Maurer, Philippe (1995). *L'angolar: un créole afro-portugais parlé à São Tomé*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- Neves, Carlos Agostinho das (1978). *Segundo Trabalho de Divulgação Histórico-Cultural*. São Tomé: Arquivo Histórico.
- Oliveira, Jorge Eduardo da Costa (1993). *A Economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto para a Cooperação Económica/IICT.

- Pinto, Manuel do Rosário (2005). *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*. Fixação do texto, introdução e notas de Arlindo Manuel Caldeira. Lisboa: CHAM.
- Schwartz, Stuart B. (2001). *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Ed. da Universidade do Sagrado Coração.
- Seibert, Gerhard (2004). Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?, *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*, 12 (1-2), 43-64.
- Tenreiro, Francisco (1961). *A Ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Vansina, Jan (1996). Quilombos on São Tomé, or in search of original sources. *History in Africa*, vol. 23, 453-59.

Agradeço a Jorge Rocha, Tjerk Hagemeyer e Gerhard Seibert a paciência da leitura do manuscrito e a pertinência dos seus comentários.

TEXTO SEGUNDO A ANTIGA ORTOGRAFIA.